



Relatório e Contas 2011

“Em 2012 continuaremos o esforço de consolidação e de redimensionamento empresarial, de seletividade nas adjudicações e de adoção de uma severa avaliação do risco dos negócios.”





	página
1 Introdução	8
2 Envolvente	16
3 Atividade da Empresa em 2011	24
4 Perspetivas Futuras	38
5 Proposta de Aplicação de Resultados	44
6 Nota Final	50
7 Demonstrações Financeiras	58
8 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011	66
9 Relatórios e Pareceres dos Auditores e do Fiscal Único	96
10 Obras Concluídas em 2011 e Obras em Curso e a Iniciar em 2012	104



Unidade de Cuidados
Continuados Integrados
da Santa Casa da Misericórdia,
Pampilhosa da Serra



1 | Introdução

- 1.1** Mensagem do Presidente
- 1.2** Estrutura Societária
- 1.3** Estrutura Acionista
- 1.4** Órgãos Sociais e Estatutários





1.1 | Mensagem do Presidente

Senhores Acionistas,

O exercício de 2011 confirmou as condições adversas que haviam sido previstas no exercício anterior. O enquadramento económico e as especificidades sectoriais condicionaram fortemente a atividade da Empresa, com reflexos evidentes no volume de negócios e na rentabilidade de exploração e dos capitais investidos.

“ (...) assegurar a flexibilidade das estruturas, prosseguir a adaptabilidade constante à envolvente sectorial e garantir a sustentabilidade da Empresa. ”

A leitura do quadro dos principais indicadores é elucidativa a este respeito, com a rentabilidade a registar uma acentuada degradação face ao exercício anterior.

Durante o exercício deu-se particular enfoque, em matéria de esforço de gestão, ao redimensionamento da Empresa face à perspectiva de evolução dos negócios nos exercícios de 2012 e seguintes.

A linha estratégica de gestão passa por assegurar a flexibilidade das estruturas, prosseguir a adaptabilidade constante à envolvente sectorial e garantir a sustentabilidade da Empresa.

Em suma, trata-se de ajustar a Organização às circunstâncias atuais do mercado nacional, escrutinando e concretizando oportunidades de negócio nos mercados internacionais e, de forma muito particular, em Angola, França e Brasil, utilizando o *know-how* de Engenharia e a relevante experiência adquirida, decorrente de uma presença constante de quase 35 anos no sector de Engenharia, Construção Civil e Obras Públicas.

Em 2012 continuaremos o esforço de consolidação e de redimensionamento empresarial, de seletividade nas adjudicações e de adoção de uma severa avaliação do risco dos negócios.

Um agradecimento muito especial aos Acionistas pela confiança depositada na Empresa e na gestão, aos Colaboradores pelo profissionalismo e dedicação, às Instituições Financeiras, aos Clientes e aos restantes Parceiros de negócio, em particular aos Fornecedores, pelas condições que nos têm proporcionado.

Ainda um agradecimento aos restantes Órgãos Estatutários pelo constante acompanhamento da vida da Sociedade.

Consciente de que a indústria em que nos inserimos comporta um elevado risco, que irá necessariamente afectar a sobrevivência da generalidade das empresas do Sector, estou convicto de que as medidas de gestão, que de forma tempestiva e sistemática temos vindo a adotar, permitirão que a MRG reforce a sua posição competitiva no sector de Engenharia, Construção Civil e Obras Públicas.

Coimbra, 29 de março de 2012



Fernando Gouveia

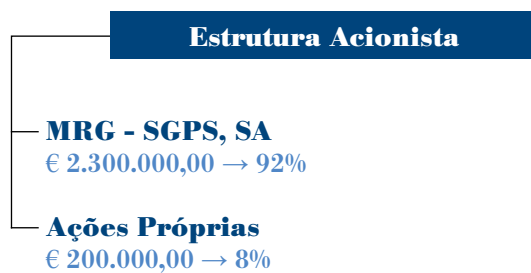
Fernando Gouveia
Presidente do Conselho de Administração
da MRG – Engenharia e Construção, SA

1.2 | Estrutura Societária

A MRG detém participações em sociedades instrumentais, empresas associadas de capital exclusivamente privado e em entidades de capital público e privado, onde os parceiros são municípios ou empresas municipais.



1.3 | Estrutura Acionista



1.4 | Órgãos Sociais e Estatutários

Conselho de Administração

Presidente : Fernando Manuel Rodrigues Gouveia (Eng.º)

Vogal : Rodolfo Oliveira Gouveia (Dr.)

Vogal : António Oliveira Simões Alfaiate (Eng.º)

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente : Alfredo José Leal Castanheira Neves (Dr.)

Secretário : Alda Cristina Esculcas Pereira (Dr.ª)

Fiscal Único

LCA : Leal, Carreira & Associados, SROC

Suplente do Fiscal Único

Fernando Jorge de Sá Pereira (Dr.)





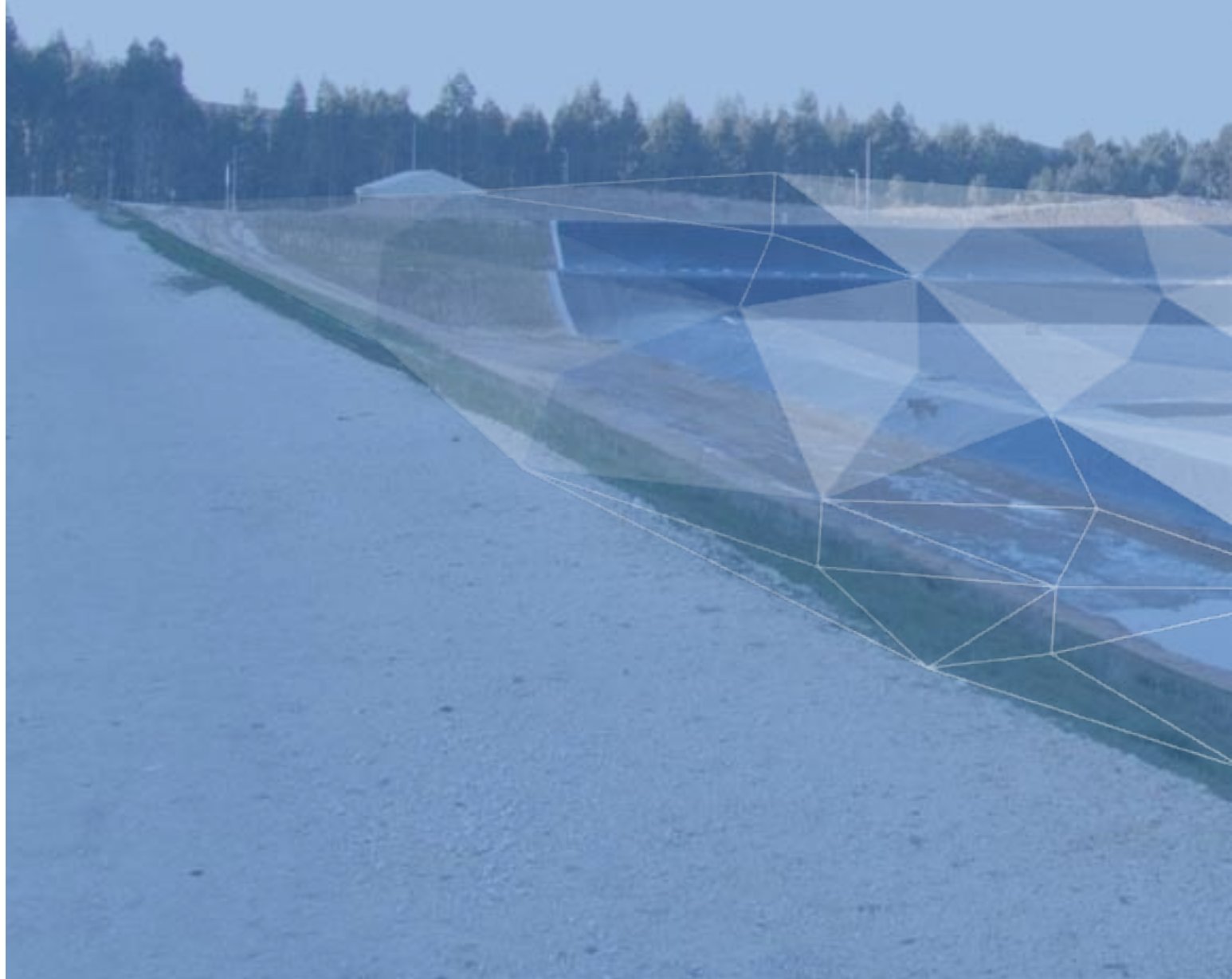


Pavilhão Gimnodesportivo,
Murça



2 | Envolvente

- 2.1** Enquadramento Macroeconómico Internacional
- 2.2** Enquadramento Macroeconómico Nacional
- 2.3** Envolvente Sectorial





Expansão do Aterro Sanitário,
Construção da Célula B,
Leiria

2.1 | Enquadramento Macroeconómico Internacional

O crescimento da economia global abrandou durante 2011. Depois de um crescimento de 3,5% durante o primeiro trimestre, a economia mundial atingiu apenas 2,9% nos restantes trimestres. Esta tendência refletiu os desastres no Japão e a fraca performance do comércio mundial, agravada pela dívida soberana na zona Euro, que geraram incerteza nos mercados financeiros e a diminuição da confiança dos consumidores.

Os EUA constituíram exceção, tendo beneficiado da recuperação no emprego e correspondente impulso no consumo privado. A evolução recente dos indicadores coincidentes de atividade sugere alguma estabilização económica. Porém, as projeções continuam condicionadas pela elevada incerteza relacionada com o endividamento excessivo das economias desenvolvidas e com a sustentação dos processos de crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento.

Na área Euro, o clima de aversão ao risco predominou mas não de forma uniforme. A deterioração da conjuntura económica, as reduções de rating de dívida soberana, e respetiva repercussão em emitentes relacionados como os bancos, e a incerteza quanto ao desfecho da reformulação do quadro institucional europeu suportaram o alargamento dos spreads de crédito, acentuaram a procura por aplicações financeiras em países classificados com melhor qualidade de rating e conduziram a uma depreciação do euro para níveis inferiores a 1,30 dólares.

Perante a progressão do ciclo vicioso entre risco soberano, sistema bancário e financiamento da economia, e a crescente disfuncionalidade do mercado interbancário europeu, o BCE reduziu as taxas de juro para 1%, alargou os prazos de cedência de liquidez ao sistema bancário até três anos, diminuiu o rácio de reservas mínimas obrigatórias para metade, suavizou os critérios de aceitação de colateral, retomou o programa de aquisição de obrigações hipotecárias e manteve a compra de dívida pública em mercado secundário.

Com este conjunto de medidas, que prevalecerá pelo menos nos primeiros meses de 2012, o risco de liquidez dos bancos europeus e a tensão sobre os mercados de dívida soberana de alguns estados membros poderão diminuir. A resolução da crise da dívida soberana europeia depende da recuperação da confiança dos investidores na sustentabilidade das contas públicas.

Em termos médios anuais, a inflação na área do euro aumentou de 1.6 % em 2010 para 2.7 % em 2011.

2.2 | Enquadramento Macroeconómico Nacional

A contração da economia portuguesa em 2011 estima-se em 1,6%, inferior ao inicialmente antecipado mas com uma dinâmica progressivamente negativa. Os desvios na execução orçamental e as reclassificações nas administrações públicas exigiram a adoção de medidas excecionais para o cumprimento das metas orçamentais estabelecidas no programa de ajustamento. Entre outras, a transferência dos fundos de pensões dos bancos para o Estado terá permitido alcançar um défice público bastante inferior ao exigido mas não resolveu o desequilíbrio estrutural subjacente.

“ Em termos médios anuais, a inflação em Portugal aumentou de 1.5% em 2010 para 3.7% em 2011. ”

Transitam para 2012 responsabilidades acrescidas que exigem grande disciplina na disposição dos fundos públicos e que penalizam a condição financeira das famílias e das empresas, prevenindo-se um agravamento da conjuntura recessiva por retração da procura interna. A incerteza económica e financeira tem prejudicado o desempenho do sistema bancário nacional – redução dos volumes de negócio, deterioração dos indicadores de qualidade do crédito, quebra na rentabilidade – e tem dificultado o cumprimento das exigências regulamentares de recapitalização e de liquidez dos bancos. Destaca-se o relevo acrescido na captação de recursos financeiros estáveis, a par de uma maior seletividade nos processos de atribuição de crédito e identificação de segmentos de negócio mais competi-

tivos, crucial para, em simultâneo, se conseguir cumprir com as metas de desalavancagem e suportar o crescimento da economia em contexto de forte restrição de financiamento.

De acordo com informação relativa ao comércio internacional de mercadorias, em termos acumulados desde o início do ano, as exportações e as importações totais aumentaram 16.1% e 2.7%, respetivamente, no período de janeiro a novembro de 2011. Relativamente ao comércio internacional de serviços, as variações acumuladas de 9.4% e 5.6%, respetivamente, no período de janeiro a novembro de 2011.

Em termos médios anuais, a inflação em Portugal aumentou de 1.5% em 2010 para 3.7% em 2011.

2.3 | Envolvente Sectorial

Dadas as fortes ligações à restante economia, o sector da Construção está a ser profundamente afectado pela crise generalizada que assola a economia real e, em particular, os mercados financeiros.

“ (...) a produção do sector da Construção, (...) chegou ao final de 2011 com uma variação negativa de 9,4%, um resultado qualificado pela Federação Portuguesa da Indústria da Construção Civil (FEPICOP) como a “maior queda de que há memória”. ”

O sector da Construção atravessa uma profunda crise, com quebras significativas na sua produção, no número de empresas e nos postos de trabalho que asseguram. A redução acentuada da procura que lhe tem vindo a ser dirigida tem constituído um dos principais problemas com que o Sector se debate mas também os atrasos nos pagamentos às empresas de construção, muito deles da responsabilidade do Estado, têm vindo a assumir enormes proporções e a ditar o encerramento de muitas empresas e o sacrifício de um número muito significativo de postos de trabalho.

Na continuidade do ocorrido já em anos anteriores, o sector da Construção regista no nosso País uma quebra generalizada: a atividade na Habitação caiu 17%, nos Edifícios não Residenciais diminuiu 8,5% e na Engenharia Civil caiu 5%. Estes valores afetaram significativamente a produção do sector da Construção, que chegou ao final de 2011 com uma variação negativa de 9,4%, um resultado qualificado pela Federação Portuguesa da Indústria da Construção Civil (FEPICOP) como a “maior queda de que há memória”.

A quebra na confiança dos empresários mantém-se crescente, traduzindo o acentuar do pessimismo, fruto da expectativa negativa de evolução, quer da produção, quer do emprego, assumindo valores bem mais desfavoráveis do que há um ano atrás. As perspectivas de evolução futura da produção e do emprego no Sector recolhem opiniões bastante desfavoráveis reflectidas nas quebras consecutivas na carteira de encomendas das empresas de construção.

Os dados disponibilizados pela Coface e relativos às insolvências de empresas, confirmam que o sector da Construção é um dos mais afectados pela crise atualmente vivida no País. O número de desempregados da Construção inscritos nos Centros de Emprego não para de aumentar.

Em novembro de 2011, os 78 mil desempregados oriundos da Construção representavam mais de 14% do total de desempregados inscritos.

A tendência de evolução negativa da carteira de encomendas, tem vindo a provocar o abrandamento do ritmo de atividade do Sector e tem contribuído para o encerramento de grande número de empresas. Para agravar ainda mais este estado, a situação financeira das empresas tem vindo a degradar-se de forma significativa, fruto dos atrasos nos pagamentos das entidades públicas e dos cortes no crédito por parte das instituições financeiras.

Alguns dos indicadores mais relevantes para aferir o desempenho do sector da Construção mantêm uma evolução desanimadora. Podemos citar, por exemplo, o licenciamento de edifícios residenciais que regista uma procura claramente insuficiente para manter a ocupação razoável da capacidade de produção atualmente instalada, o mesmo se verificando na construção de edifícios não residenciais. No que concerne à procura dirigida às empresas que se dedicam a obras de engenharia civil, é de salientar a evolução do mercado das obras públicas, caracterizado atualmente por quebras nos concursos, tanto no valor dos abertos, como nos montantes dos adjudicados, o que corresponde a uma contração de 1,2 mil milhões de euros, face aos 4,3 mil milhões de euros postos a concurso em 2010. Perante esta redução, tão significativa e prolongada, não é de estranhar o acentuado pessimismo que os empresários revelam. Assim sendo, impõe-se assegurar, tempestivamente, o redimensionamento das empresas ou a procura de mercados alternativos em outras áreas geográficas.







3 Atividade da Empresa em 2011

- 3.1 Comercial
- 3.2 Produção, Planeamento e Controlo
- 3.3 Desempenho Financeiro
- 3.4 Qualidade, Segurança e Ambiente
- 3.5 Recursos Humanos
- 3.6 Fatos Relevantes



Variante à EN 101
entre Ponte da Barca
e Arcos de Valdevez (2ª Fase),
Arcos de Valdevez

3.1 | Comercial

3.1.1 Mercado Internacional

A MRG, apesar das dificuldades que o sector está a atravessar, conseguiu resistir e responder a condições de mercado extraordinariamente adversas, mantendo o valor médio das propostas apresentadas e investindo cada vez mais em estudos técnicos e comerciais mais complexos.

Assim, o valor de obras adjudicadas durante o ano de 2011 foi de, aproximadamente, € 91.300.000,00, consolidando os objetivos de produção do exercício e dando um contributo importante para a carteira de obras a executar em 2012.

Das obras adjudicadas destacam-se:

- Ecoparque de Estarreja;
- Escola Básica do 1º Ciclo/ Jardim de Infância (EB1/ JI) Sul do Concelho, Salreu;
- Unidade de Cuidados Continuados (UCC) da Santa Casa da Misericórdia de Pedrogão Grande;
- Valley Park, Cartaxo;
- Reabilitação da Antiga Companhia Aveirense

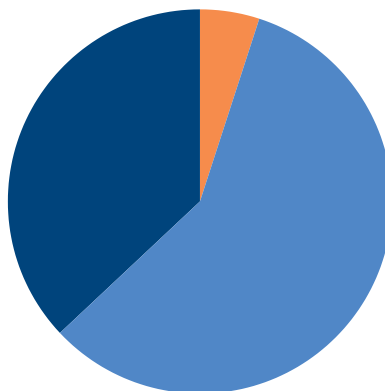
- de Moagens. 2ª Fase, Universidade de Aveiro (UA);
- Construção do Edifício das Comunicações Óticas, Comunicações Rádio e Robótica, Universidade de Aveiro (UA);
- Requalificação da Av. D. José Correia da Silva – Parte A, Fátima;
- Requalificação da Av. Vasco da Gama, Fátima e Ligação Vertical, Sines;
- Infraestruturas Herdade da Comporta – ADT3
- Edifício BIOTECH, Cantanhede;
- Edifício Nanotecnologia e Oceanografia – 2ª Fase, Universidade de Aveiro (UA);
- Requalificação da Escola Secundária de Torres Vedras;
- Requalificação da Escola Secundária de Mem Martins;
- Requalificação da Escola Secundária de Felgueiras.

O Departamento Comercial apresentou, durante este ano, 129 propostas no valor global de € 599.804.574,43, com uma taxa de sucesso de 15,23 % em valor.

Valor das Adjudicações em 2011

Áreas de Negócio	valor (€)	%
Edifícios Residenciais	5.078.082,49	5.56
Edifícios Não Residenciais	53.131.764,33	58.16
Vias de Comunicação, Infra-estruturas e Ambiente	33.148.056,65	36.28
Total	91.357.903,47	100.00

Valor das Adjudicações Taxa de Contribuição



3.1.2 Mercado Externo

De acordo com o seu Plano Estratégico, a MRG continua a explorar a vertente de investimentos em mercados externos, assegurando por essa via uma diversificação a nível de áreas geográficas de intervenção e de Clientes. A experiência adquirida, ao longo de mais de trinta e quatro anos de atividade no sector da Construção, permite-lhe encarar este processo de internacionalização com naturalidade, sempre numa óptica de minimização do risco e preservação do futuro da Empresa.

A MRG pretende replicar nos mercados externos o seu efetivo *know-how*, tendo já consolidado os métodos construtivos adequados para operar nas diferentes geografias.

Têm vindo a ser desenvolvidos contactos comerciais com Angola, Brasil e França, estando a decorrer os processos de negociação para a construção de obras privadas e públicas.

3.2 | Produção, Planeamento e Controlo

A grave crise vivida pelo Sector condicionou fortemente o volume de atividade da MRG no ano de 2011, interrompendo assim um ciclo de crescimento que se vinha a verificar desde 2007. O nível de exposição da Empresa ao sector das obras públicas, onde o desinvestimento tem sido muito significativo, não só pela diminuição do número de obras a concurso mas também pelo adiamento do início de outras, foi o principal fator desta evolução.

Antecipando esta situação, a MRG adaptou em momento próprio a sua organização, de modo a sustentar os resultados positivos. A flexibilidade introduzida na Organização permitirá minimizar os riscos derivados da turbulência vivida no País, e em particular no sector da Construção, assegurando a sobrevivência da Empresa, mesmo em períodos tão adversos como os que se estão a viver atualmente.

A MRG atingiu, em 2011, um volume de atividade de € 73.951.061,84. Deste valor, 81% refere-se à área da Construção Civil e 19% à área da Engenharia, sendo que as obras particulares representaram cerca de 12% do valor total.

Das obras terminadas em 2011, destacam-se no sector público as obras da Escola Secundária Prof. Herculano de Carvalho, a Variante de Arcos de Valdevez, a Escola Secundária de Estarreja, o Itinerário Complementar 2 (IC2) de Condeixa, o Complexo Escolar da Benedita, a Escola Superior de Saúde de Aveiro, o Centro Escolar de Murça e a Escola de Vila do Conde. A nível privado, destacam-se as obras da Portugal Telecom (PT) Inovação de Aveiro, a Moder-

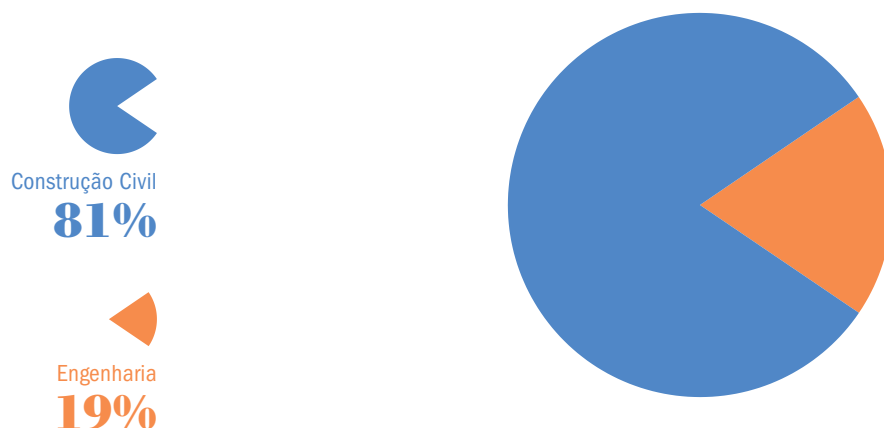
nização do Troço de Bombel e Vidigal a Évora e a Unidade de Cuidados Continuados de Pampilhosa da Serra.

Pese embora as dificuldades que o sector atravessa, transita para 2012 um volume de obras em carteira que permite encarar com bastante normalidade o novo ano. Entre as obras que transitam, destacam-se pela sua dimensão e volume de faturação as obras do CMIN - Centro Materno Infantil do Norte, o Convento de S. Francisco em Coimbra, a Escola Secundária de Felgueiras, a Nova Ponte da Jolda e a Requalificação da Av. D. José Correia da Silva, em Fátima.

A preocupação constante com os custos, sempre numa ótica de eficiência máxima, enquadrada num conceito de gestão *lean*, leva a MRG a apostar fortemente na área do Planeamento e do Controlo da Produção

A introdução de novas ferramentas de controlo, assentes em novas tecnologias, aliada às alterações dos métodos, tem permitido melhorar a eficácia e aumentar a eficiência da Empresa.

Atividade Produtiva nos Principais Segmentos da Empresa em 2011



3.3 | Desempenho Financeiro

O Volume de Negócios registou uma redução de cerca de 35% face ao ano anterior. A redução verificada na margem de operacional é fruto não só da quebra do volume de negócios mas, em particular, da forte pressão sobre os preços, tendência a que já se vinha a assistir desde o ano anterior.

O EBTIDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) representou 2,03% sobre o Volume de Negócios, denotando uma queda acentuada em relação a 2010.

No ano de 2011, acentuou-se uma maior dificuldade na área das cobranças, consequência das atuais restrições no acesso ao crédito, bem como na disponibilização atempada de fundos

comunitários. Tal como já tinha ocorrido no exercício anterior, o aumento do endividamento é explicado pelo crescimento dos créditos de curto prazo.

Apesar do desempenho menos favorável no ano de 2011, os rácios financeiros apresentam valores de referência muito acima dos valores médios do Sector.

Algumas Rubricas e Indicadores (€, %)

Descrição	2011	2010	2009
Ativo Corrente	92.983.922,34	81.008.368,99	69.592.116,03
Inventários	21.026.282,26	21.078.222,57	24.610.326,77
Ativo não Corrente	13.065.723,67	13.677.852,24	9.449.265,09
Total do Ativo	106.049.646,01	94.686.221,23	79.041.381,12
Passivo Corrente	58.523.643,59	49.927.567,74	41.252.834,16
Passivo não Corrente	13.055.169,50	11.240.735,33	6.785.194,71
Total do Passivo	71.578.813,09	61.168.303,07	48.038.028,87
Capitais Próprios	34.470.832,92	33.517.918,16	31.003.352,25
Liquidez Geral	1.59	1.62	1.69
Liquidez Reduzida	1.23	1.20	1.09
Autonomia Financeira	32.50%	35.40%	39.22%
Solvabilidade Total	48.16%	54.80%	64.54%
Endividamento ("Debt-to-equity Ratio")	2.08	1.82	1.55
Vendas e Serviços Prestados	73.951.061,84	113.560.038,94	85.567.259,77
Resultado Operacional	896.107,55	5.638.998,81	4.817.552,33
Resultado Líquido do Exercício	1.052.914,76	3.214.281,60	3.126.615,07
Imparidade Dívidas a Receber	1.893.980,06	2.422.864,76	5.162.886,74
Provisões	2.205.306,03	3.389.008,00	-171.805,10
Imparidade Investimentos não Depreciáveis	175.859,24	1.214.812,20	0,00
Gastos de Depreciação e de Amortização	603.480,86	664.831,74	378.394,71
Meios Libertos Totais	5.931.540,95	10.905.798,30	8.496.091,42
EBITDA	1.499.588,41	6.303.830,55	5.195.947,04
EBITDA / Volume de Negócios	2.03%	5.55%	6.07%
Rentabilidade do Ativo	0.84%	5.96%	6.09%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	3.05%	9.59%	10.08%
Rentabilidade do Ativo Líquido Total	0.84%	5.96%	6.09%

3.4 | Qualidade, Segurança e Ambiente

A relação da MRG com os seus Clientes baseou-se sempre em valores essenciais que estão no centro de uma cultura empresarial com mais de três décadas de existência.

“ A MRG assumiu desde sempre que os fatores dinâmicos de competitividade são fundamentais para a obtenção de bons resultados e que estes são originados por uma resposta cada vez mais eficaz às necessidades dos Clientes e à conjuntura do Mercado. ”

Esses valores traduzem-se pelo mais absoluto respeito pelo primado da satisfação das necessidades dos Clientes mediante a prossecução de uma política permanente de Inovação, Rigor e, naturalmente, pelo reforço da Qualidade, Segurança e controlo Ambiental.

Hoje, mais do que nunca, o sector Empresarial em geral, e o sector da Construção Civil em particular, exigem que as organizações adotem exigentes padrões de qualidade e segurança, bem como medidas eficazes de controlo Ambiental.

A MRG - Engenharia e Construção, SA, face à sua experiência no Sector, ao seu sentido de responsabilidade empresarial e ao percurso que tem trilhado ao longo de mais de 34 anos de existência, assumiu desde sempre que os fatores dinâmicos de competitividade são fundamentais para a obtenção de bons resultados e que estes são originados por uma resposta cada vez mais eficaz às necessidades dos Clientes e à conjuntura do Mercado.

A Empresa vê a oportunidade de evidenciar a Qualidade do seu serviço e a Segurança dos seus colaboradores através da implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança, que tem contribuído de forma inequívoca para o aumento de satisfação dos Clientes, o acesso a novos mercados e a redução de custos de funcionamento que decorrem da melhoria do desempenho operacional. Por outro lado, implantou-se uma nova cultura de sensibilização e motivação dos Colaboradores, orientada para a melhoria contínua e, obviamente, para a satisfação dos Clientes e de todos os *Stakeholders* da MRG.

O processo de certificação dos Sistemas de Gestão iniciou-se em 2004 e teve o seu epílogo com a Certificação obtida em 30 de Março de 2006, no Sistema de Gestão da Qualidade para as atividades de “**Construção, Recuperação**

e Remodelação de Obras e Edifícios, Obras Públicas, Infraestruturas, Vias de Comunicação e Obras no Domínio Ambiental”.

Foi, indiscutivelmente, uma mais-valia, ou seja, o reconhecimento e satisfação dos Clientes tendo como estratégia principal atuar preventivamente, promovendo confiança de fornecer, de forma consistente e repetitiva, através da adequada gestão de processos e melhoria contínua, produtos e serviços em conformidade com a legislação e que suplantem os requisitos dos Clientes.

Este tem sido um processo evolutivo de aperfeiçoamento do trabalho implementado envolvendo todos os seus profissionais. Assim, em 2007, a MRG iniciou o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Segurança, para assegurar resultados de acordo com os requisitos da norma de referência (OHSAS 18001), tendo obtido a certificação em junho de 2009.

Fruto da melhoria contínua do seu sistema de gestão, a 27 de maio de 2008 a MRG alcançou mais uma meta através da extensão do âmbito de certificação, de forma a integrar o requisito 7.3 Conceção e Desenvolvimento da norma de referência (NP EN ISO 9001). O âmbito de certificação da MRG passou a contemplar as atividades de “**Conceção, Desenvolvimento, Construção, Recuperação e Remodelação de Obras de Edifícios, Obras Públicas, Infraestruturas, Vias de Comunicação e Obras no Domínio Ambiental”.**

Atualmente a MRG - Engenharia e Construção, SA é certificada no Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Segurança (SIGQS) nos referenciais ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007, não se limitando a receber uma marca mas sim empenhando-se em contribuir efetivamente para a satisfação dos seus Clientes e diminuição dos riscos laborais, nomeadamente de acidentes e doenças profissionais.

“ A manutenção integral do Sistema Integrado foi avaliada pela realização de 2 auditorias por equipas Auditoras Externas, sendo a certificação da MRG mantida pela Auditoria de Renovação da entidade certificadora, a SGS. ”

A área da Qualidade e Segurança da Empresa, através de um corpo de técnicos qualificados, realiza um acompanhamento diário às obras em curso de produção, bem como aos processos internos. Tem disponibilizado uma equipa auditora interna para acompanhar a implementação do Sistema de Gestão, bem como controlo ambiental nas obras, através da realização de visitas com carácter pedagógico aos técnicos em obra, e auditorias internas.

Para garantir a implementação do Sistema de Gestão numa base transversal a toda a Empresa, o departamento interno promove a realização de reuniões de acompanhamento junto dos gestores dos processos, com vista à revisão de procedimentos internos, normas e práticas implementadas na mesma.

A Empresa possui uma bolsa interna de auditores que tem como missão a avaliação da conformidade do SIGQS com as Normas NP EN ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007 através da realização de auditorias internas às obras e aos processos internos. Assim, durante o ano 2011 decorreram 85 visitas às obras, nas quais 63 auditorias internas e 22 visitas de carácter formativo. Para avaliação da conformidade do Sistema de Gestão a nível dos processos internos foram realizadas 6 auditorias aos mesmos. A manutenção integral do Sistema Integrado foi avaliada pela realização

de 2 auditorias por equipas Auditoras Externas, sendo a certificação da MRG mantida pela Auditoria de Renovação da entidade certificadora, a SGS.

Cada uma destas visitas/ auditorias deu origem à elaboração de relatórios onde foram registadas constatações e definidas ações corretivas e preventivas. Todas as ações são devidamente acompanhadas pelos respetivos responsáveis e monitorizadas pelo departamento interno de Qualidade, Segurança e Ambiente, sendo verificada a implementação e eficácia de cada uma.

Estas visitas/ auditorias, para além de serem um dos fatores de garantia da implementação da Política Integrada da Empresa e seus objetivos, são igualmente encaradas como um fator pedagógico importantíssimo, permitindo sensibilizar todos os intervenientes para a importância do cumprimento das normas, regras, procedimentos, legislação e demais prescrições de segurança, qualidade e ambiente.

A eficácia do Sistema de Gestão também pode ser verificada através dos resultados dos índices de sinistralidade da MRG. Relativamente ao ano de 2011, os valores obtidos foram:

→ Índice de Frequência = 8,42
→ Índice de Gravidade = 216,16
→ Índice de Incidência = 16,30
→ Índice de Duração = 25,67

Nº Acidentes	Nº Trabalhadores	Nº Horas Trabalhadas	Nº Dias Perdidos	Nº Acidentes Mortais
3	184	356.224	77	0

3.5 | Recursos Humanos

A MRG tem vindo a pautar a sua atuação na Gestão de Recursos Humanos, tendo em atenção dois vetores fundamentais:

- Retenção dos Melhores Talentos, face às exigências profissionais dos projetos em contraponto com a multiplicidade de competências dos colaboradores;
- Desenvolvimento de uma empresa baseada num Modelo *Lean*, capaz de apresentar soluções rápidas, eficientes e eficazes em função dos desafios do mercado.

“A par de uma ponderada política de recrutamento e seleção, a MRG privilegia o investimento em formação como forma de reforçar as competências técnicas, de gestão e comportamentais.”

Neste enquadramento, a MRG tem vindo a desenvolver um conjunto de ações que se inserem no Projeto “Ser MRG”.

Durante o ano de 2011, foram desenvolvidos projetos visando assegurar uma Gestão Integrada de Recursos Humanos, contemplando:

- Matriz Organizacional – *Grading*;
- Política Retributiva;
- Avaliação de Equipa de Obra.

No âmbito da sustentabilidade da Empresa, o tema do redimensionamento reveste-se de importância fundamental. A Gestão de Recursos Humanos assume-se como um desígnio estratégico, importando ajustá-la ao perfil do ciclo dos negócios mediante a adoção de uma política retributiva realista devidamente alinhada com o modelo de avaliação de desempenho e potenciadora da componente variável da remuneração.

No contexto atual, constituem pilares fundamentais da política retributiva a fixação de uma

remuneração compatível com a capacidade de geração de meios libertos, devidamente alicerçada numa cultura de Mérito, Responsabilidade e Rigor e a eliminação de funções sem efetivo valor acrescentado para a Organização.

Os Recursos Humanos da Empresa evidenciam um elevado nível de qualificação, tendo em vista responder de forma profissional aos desafios de mercado.

A par de uma ponderada política de recrutamento e seleção, a MRG privilegia o investimento em formação como forma de reforçar as competências técnicas, de gestão e comportamentais.

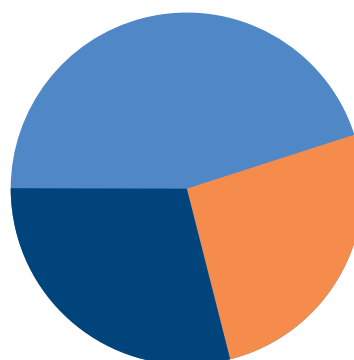
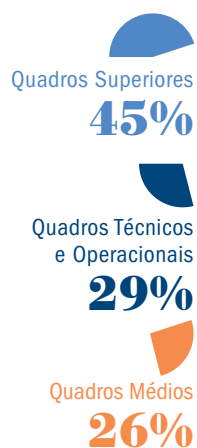
O efetivo *know-how*, aliás bem patenteado no portefólio das obras realizadas, o reconhecimento do mercado e o reforço do posicionamento empresarial residem nas qualificações académicas e profissionais de toda a Equipa MRG e, de uma forma particular, nos quadros com formação em Engenharia.

Rácios	Quantitativos
N.º Médio Colaboradores	184
N.º Efetivos	104
Nível Etário Médio	40,39
Nível Médio de Antiguidade	8
N.º Quadros Superiores	75
N.º Trabalhadores Estrangeiros	4
N.º Recrutamentos (total)	10
N.º de Ações de Formação	12
Internas	10
Externas	2
N.º Horas Formação	972
N.º Colaboradores com Participação em Formação	138
Grau Satisfação - Formação	95%

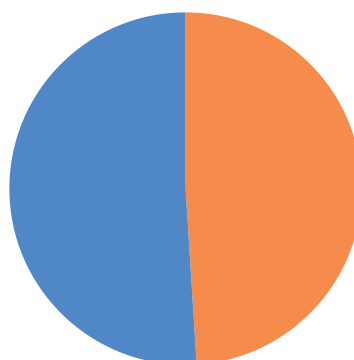
Nº de Colaboradores por Áreas Profissionais



Divisão Percentual dos Colaboradores



Divisão Percentual dos Colaboradores Consoante o Tipo de Formação



3.6 | Fatos Relevantes

Durante o exercício de 2011 foram preparados os projetos de fusão por incorporação das Sociedades MRG – Açores, SA e Basepark, SA. Estas Sociedades foram integradas na sua totalidade na MRG – Engenharia e Construção, SA durante o mês de janeiro de 2012.

Esta decisão empresarial integra-se no processo de racionalização interna e de redução de custos, tendo, ainda, base estatutária em virtude de o objeto social da Empresa abarcar um leque muito abrangente de atividades nos domínios da Engenharia e da Construção.

Pela sua magnitude, importa realçar os créditos sobre Oeiras Primus, SA e Oeiras Expo, SA e o diferendo entretanto surgido com a Câmara Municipal de Oeiras no que concerne à regularização dos mesmos, o que poderá conduzir a um contencioso negocial, cuja morosidade típica poderá agravar o equilíbrio financeiro da Empresa. Estão em curso os estudos tendentes a encontrar a melhor solução jurídica para a resolução do diferendo negocial.









4 | Perspetivas Futuras





4 | Perspetivas Futuras

O enquadramento económico é fortemente condicionador da evolução do sector da Construção Civil e Obras Públicas.

No caso específico da MRG, que se encontra fortemente orientada para as obras públicas de média dimensão e de âmbito local e regional, as perspetivas de novas adjudicações estão diretamente correlacionadas com o estado das finanças públicas das autarquias locais e da administração central. As obras do sector privado estão, de igual modo, condicionadas pela evolução do PIB e pelas crescentes dificuldades do financiamento da economia.

O ano de 2012 encerrará, igualmente, dificuldades acrescidas, face a uma conjuntura fortemente adversa, caracterizada por um escasso número de oportunidades de mercado e por uma acérrima disputa das obras em concurso o que poderá conduzir, na generalidade, a margens insuficientes.

Face ao expectável comportamento do mercado interno, no âmbito da Engenharia, Construção Civil e Obras Públicas, constitui um imperativo, no sentido da rentabilização da capacidade instalada, concretizar algumas oportunidades de negócio no domínio da internacionalização, nos mercados de França, Angola e Brasil.









5 | Proposta de Aplicação de Resultados





Complexo Escolar,
Alcobaça

5 | Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o resultado líquido do exercício de 2011, apurado nas demonstrações financeiras, no valor de € 1.052.914,76 tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição pelos acionistas sob a forma de dividendos: € 300.000,00;
- Para Resultados Transitados € 752.914,76.



Escola Secundária,
Estarreja

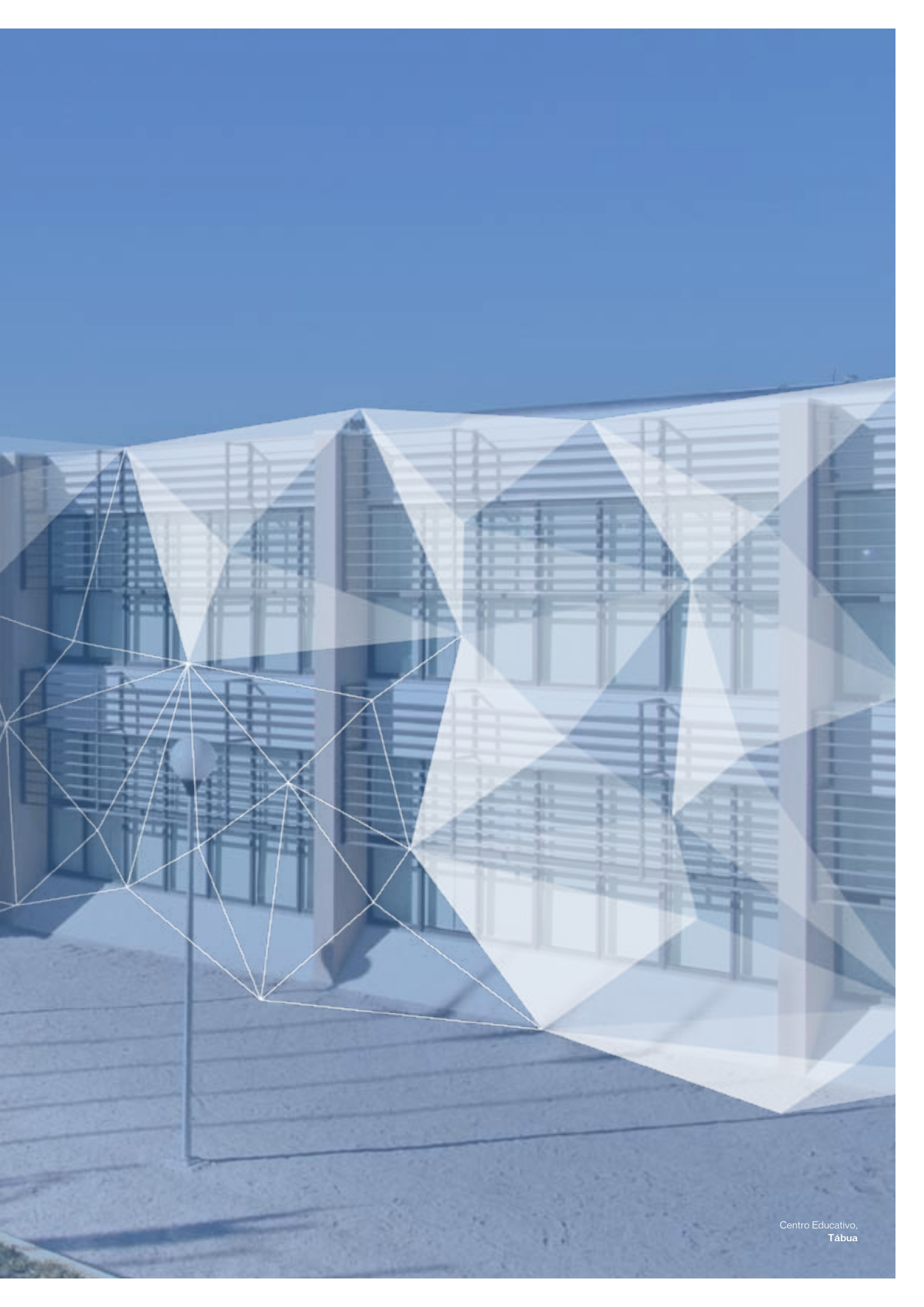






6|Nota Final





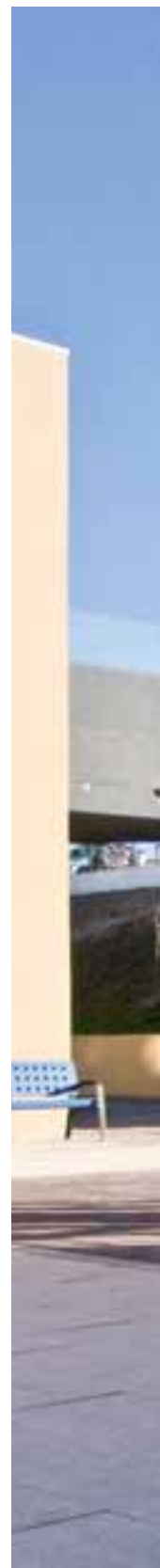
6 | Nota Final

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento a todos os que, ao longo do exercício de 2011, o apoiaram na prossecução dos objetivos fixados para a Empresa:

- Aos Colaboradores pela dedicação, zelo e profissionalismo.
- Aos Parceiros de Negócio pela confiança que ao longo dos anos vêm depositando na MRG.
- Às Instituições Financeiras pelo permanente apoio e confiança, elementos imprescindíveis na concretização dos negócios.
- Aos Acionistas pelo apoio e confiança demonstradas nos diversos momentos da vida da Empresa.
- Ao Revisor Oficial de Contas pela colaboração profissional prestada.













7 Demonstrações Financeiras

- 7.1** Balanço
- 7.2** Demonstração dos Resultados
- 7.3** Demonstração dos Fluxos de Caixa
- 7.4** Demonstração das Alterações no Capital Próprio





Pavilhão Multiusos,
Évora de Alcobaça



7.1 | Balço

Balço em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Rubricas	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Ativo			
Ativo não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	6	3.534.724,25	3.750.459,59
Propriedades de Investimento	7	4.240.902,77	4.351.666,43
Participações Financeiras - Outros Métodos	8	2.409.132,50	2.401.632,50
Outros Ativos Financeiros	8	1.575.056,38	1.785.741,43
Outras Contas a Receber		200.309,14	267.078,88
Ativos por Impostos Diferidos		1.105.598,63	1.121.273,41
		13.065.723,67	13.677.852,24
Ativo Corrente			
Inventários	11	21.026.282,26	21.078.222,57
Cientes	12	46.174.528,66	22.878.955,70
Adiantamentos a Fornecedores	13	124.362,50	403.227,79
Estados e Outros Entes Públicos	14	1.832.605,25	107.003,67
Acionistas/ Sócios	9	381.527,97	495.000,00
Outras Contas a Receber	15	22.489.481,95	32.272.465,10
Diferimentos	16	110.492,92	190.807,57
Ativos Financeiros Detidos para Negociação	4	1.913,51	1.913,51
Caixa e Depósitos Bancários	4	842.727,32	3.580.773,08
		92.983.922,34	81.008.368,99
Total do Activo		106.049.646,01	94.686.221,23
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Realizado	17	2.500.000,00	2.500.000,00
Ações (Quotas) Próprias	17	-14.800.000,00	-14.800.000,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio	17	9.100.000,00	9.200.000,00
Reservas Legais	17	629.618,00	629.618,00
Outras Reservas	17	14.800.000,00	14.800.000,00
Resultados Transitados		21.188.300,16	17.974.018,56
		33.417.918,16	30.303.636,56
Resultado Líquido do Período		1.052.914,76	3.214.281,60
Total do Capital Próprio		34.470.832,92	33.517.918,16
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	18	6.616.783,00	4.411.476,97
Financiamentos Obtidos	19	4.428.735,39	4.084.390,21
Passivos por Impostos Diferidos		1.911.651,11	2.548.868,15
Outras Contas a Pagar	20	98.000,00	196.000,00
		13.055.169,50	11.240.735,33
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	22.582.573,27	16.849.459,92
Adiantamentos de Cientes	22	15.911,65	15.911,65
Estado e Outros Entes Públicos	14	605.237,33	1.896.887,36
Financiamentos Obtidos	19	20.229.341,91	11.492.616,07
Outras Contas a Pagar	20	11.567.984,17	9.882.599,17
Diferimentos		3.522.595,26	9.790.093,57
		58.523.643,59	49.927.567,74
Total do Passivo		71.578.813,09	61.168.303,07
Total do Capital Próprio e do Passivo		106.049.646,01	94.686.221,23

7.2 | Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2011	31-12-2010
Vendas e Serviços Prestados	23	73.951.061,84	113.560.038,94
Subsídios à Exploração		1.218,01	24.066,96
Variação nos Inventários da Produção	24	-54.440,31	384.722,87
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	25	-8.984.729,10	-9.243.850,22
Fornecimentos e Serviços Externos	26	-59.465.500,81	-85.241.203,73
Gastos com o Pessoal	27	-7.698.175,51	-9.369.263,68
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/ Reversões)	28	-1.893.980,06	-2.422.864,76
Provisões (Aumentos/ Reduções)	18	-2.205.306,03	-3.389.008,00
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/ Amortizações (Perdas/ Reversões)	29	-175.859,24	-1.214.812,20
Outros Rendimentos e Ganhos	30	8.634.809,85	5.418.406,82
Outros Gastos e Perdas	31	-609.510,23	-2.202.402,45
Resultado Antes de Depreciações, Gastos Financiamentos e Outros		1.499.588,41	6.303.830,55
Gastos/ Reversões de Depreciação e de Amortização	6	-603.480,86	-664.831,74
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/ Amortizáveis (Perdas/ Reversões)			
Resultados Operacional		896.107,55	5.638.998,81
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	32	2.846.002,39	298.588,18
Juros e Gastos Similares Suportados	32	-1.835.589,93	-1.095.421,86
Resultado Antes de Imposto		1.906.520,01	4.842.165,13
Imposto Sobre o Rendimento do Período	10	-853.605,25	-1.627.883,53
Resultado Líquido do Exercício		1.052.914,76	3.214.281,60

7.3 | Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa nos Exercícios de 2011 e 2010

Descrição	2011	2010
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	64.397.955,78	101.511.157,01
Pagamentos a Fornecedores	54.579.723,69	92.614.935,37
Pagamentos ao Pessoal	4.902.639,96	5.999.679,78
Fluxos Gerados Pelas Operações	4.915.592,13	2.896.541,86
Pagamento de Imposto Sobre o Rendimento	4.096.349,11	4.224.165,81
Outros Recebimentos/ Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	(5.207.254,27)	(1.461.443,34)
Fluxos das Atividades Operacionais (1)	(4.388.011,25)	(2.789.067,29)
Atividades de Investimento		
Recebimentos de Investimentos		
Investimentos Financeiros	47.335,81	564.621,80
Imobilizações Corpóreas	48.908,04	102.013,66
	96.243,85	666.635,46
Pagamentos de Investimentos		
Investimentos Financeiros	12.510,00	13.000,00
Imobilizações Corpóreas	187.504,45	308.074,12
	200.014,45	321.074,12
Fluxos das Atividades de Investimento (2)	(103.770,60)	345.561,34
Atividades de Financiamento		
Recebimentos Provenientes de		
Empréstimos Obtidos	101.682.138,62	116.400.016,08
Juros e Similares	49.446,64	592.016,23
Suprimentos	2.160.000,00	
	103.891.585,26	116.992.032,31
Pagamentos Respeitante a		
Empréstimos Obtidos	97.794.133,64	115.659.029,22
Amortizações Contratos Locação Financeira	481.893,39	419.239,96
Juros e Custos Similares	2.857.597,02	1.572.716,33
Suprimentos	702.643,89	245.000,00
Aquisição de Ações Próprias/ P. Suplementares	100.000,00	700.000,00
	101.936.267,94	118.595.985,51
Fluxos das Atividades de Financiamento (3)	1.955.317,32	(1.603.953,20)
Atividades de Efeito Cambial		
Pagamentos/ Recebimentos de Efeito Cambial		
Recebimentos de Efeito das Diferenças de Cambio	565,82	118,45
Fluxos das Atividades de Efeito Cambial	565,82	118,45
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	(2.535.898,71)	(4.047.340,70)
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Exercício	3.351.832,13	7.399.172,83
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Exercício	815.933,42	3.351.832,13

7.4 | Demonstração das Alterações no Capital Próprio

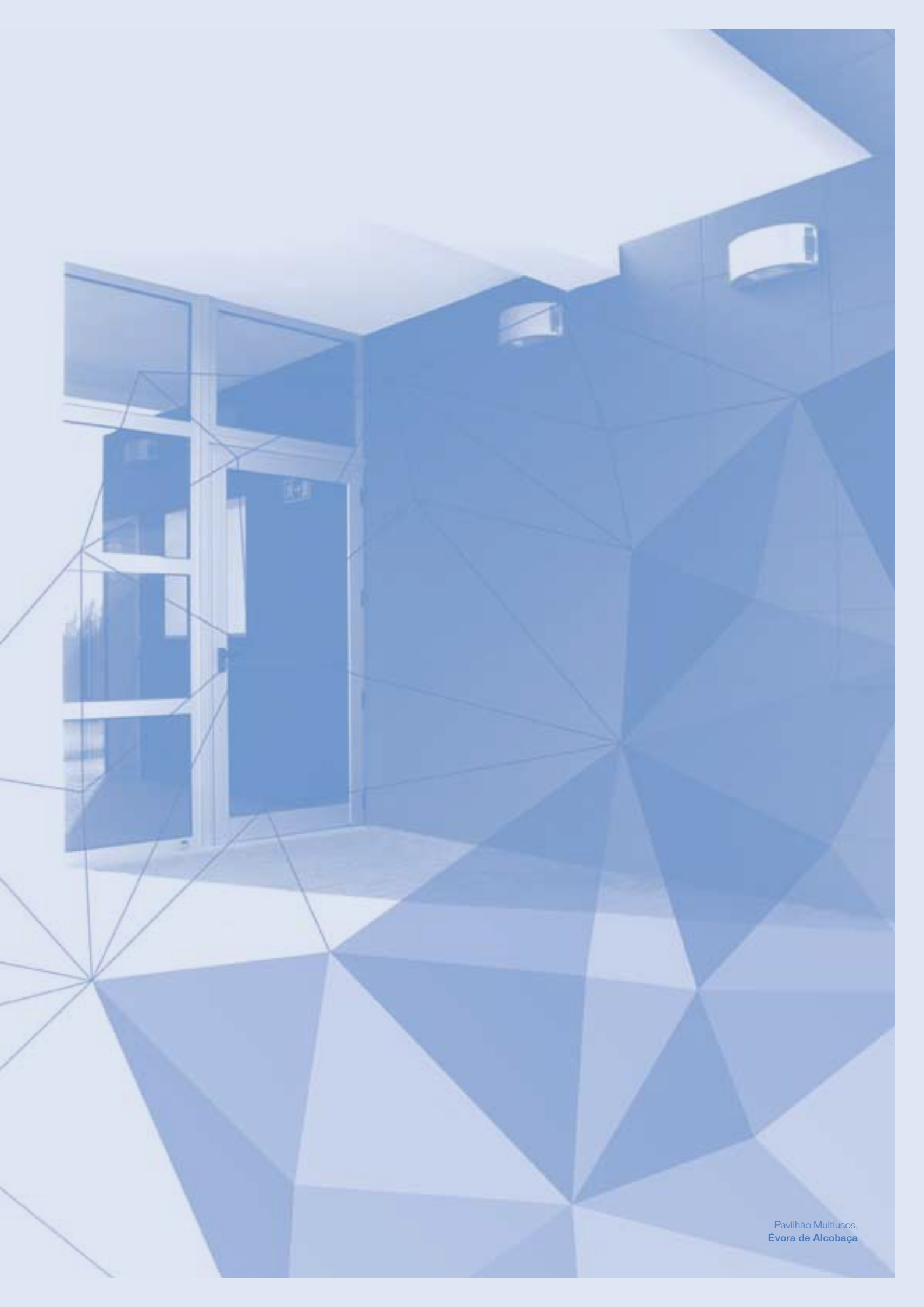
Demonstração das Alterações no Capital Próprio nos Períodos 2010 e 2011

Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe						
	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas
Posição no Início do Período 2010 (1)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.900.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00
Alterações no Período						
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico						
Alterações de Políticas Contabilísticas						
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras						
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis						
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respetivas Variações						
Ajustamentos por Impostos Diferidos						
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						
(2)	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período (3)						
Resultado (4=2+3)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realização de Capital						
Realizações de Prêmios de Emissão						
Distribuições			(700.000,00)			
Entradas para Cobertura de Perdas						
Outras Operações						
(5)	-	-	(700.000,00)	-	-	-
Posição no Fim do Período 2010 (1+2+3+5)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.200.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00
Posição no Início do Período 2011 (6)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.200.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00
Alterações no Período						
Primeira Adoção de Novo Referencial Contabilístico						
Alterações de Políticas Contabilísticas						
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras						
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis						
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respetivas Variações						
Ajustamentos por Impostos Diferidos						
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						
(7)	-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período (8)						
Resultado (9=7+8)						
Operações com Detentores de Capital no Período						
Realização de Capital						
Realizações de Prêmios de Emissão						
Distribuições			(100.000,00)			
Entradas Para Cobertura de Perdas						
Outras Operações						
(10)	-	-	(100.000,00)	-	-	-
Posição no Fim do Período 2011 (6+7+8+10)	2.500.000,00	(200.000,00)	9.100.000,00	(14.600.000,00)	629.618,00	14.800.000,00

Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
14.847.119,18				3.126.615,07	31.003.352,25		31.003.352,25
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
3.126.899,38				(3.126.615,07)	284,31		284,31
3.126.899,38	-	-	-	(3.126.615,07)	284,31	-	284,31
				3.214.281,60	3.214.281,60		3.214.281,60
				87.666,53	3.214.565,91	-	3.214.565,91
					-		-
					-		-
					(700.000,00)		(700.000,00)
					-		-
					-		-
-	-	-	-	-	(700.000,00)	-	(700.000,00)
17.974.018,56	-	-	-	3.214.281,60	33.517.918,16	-	33.517.918,16
17.974.018,56				3.214.281,60	33.517.918,16		33.517.918,16
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
					-		-
3.214.281,60				(3.214.281,60)	0,00		0,00
3.214.281,60	-	-	-	(3.214.281,60)	0,00	-	0,00
				1.052.914,76	1.052.914,76		1.052.914,76
				(2.161.366,84)	1.052.914,76	-	1.052.914,76
					-		-
					-		-
					(100.000,00)		(100.000,00)
					-		-
					-		-
-	-	-	-	-	(100.000,00)	-	(100.000,00)
21.188.300,16	-	-	-	1.052.914,76	34.470.832,92	-	34.470.832,92

8 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011

- 8.1** Introdução
- 8.2** Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
- 8.3** Principais Políticas Contabilísticas
- 8.4** Fluxos de Caixa
- 8.5** Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros
- 8.6** Ativos Tangíveis
- 8.7** Propriedades de Investimento
- 8.8** Participações Financeiras
- 8.9** Acionistas/ Sócios
- 8.10** Imposto Sobre o Rendimento
- 8.11** Inventários
- 8.12** Clientes
- 8.13** Adiantamentos a Fornecedores
- 8.14** Estado e Outros Entes Públicos
- 8.15** Outras Contas a Receber
- 8.16** Diferimentos
- 8.17** Instrumentos de Capital Próprio
- 8.18** Provisões
- 8.19** Financiamentos Obtidos
- 8.20** Outras Contas a Pagar
- 8.21** Fornecedores
- 8.22** Adiantamento de Clientes
- 8.23** Rédito
- 8.24** Variação nos Inventários da Produção
- 8.25** Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- 8.26** Fornecimentos e Serviços Externos
- 8.27** Gastos com o Pessoal
- 8.28** Imparidade de Dívidas a Receber
- 8.29** Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis
- 8.30** Outros Rendimentos e Ganhos
- 8.31** Outros Gastos e Perdas
- 8.32** Juros e Gastos Similares Suportados
- 8.33** Divulgações Exigidas por Diplomas Legais



8.1 | Introdução

A MRG Engenharia e Construção, SA, com sede social na Zona Industrial da Abruñeira, Lote 9 e 10, Vila Chã, 6270-186 Seia, (MRG ou Empresa), foi constituída em 31-12-1977, tendo como atividade principal as empreitadas de obras públicas e privadas e atividades com elas conexas.

8.2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

8.2.1 Referencial Contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro foram adotadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de janeiro de 2010, pelo que, de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, devem ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da Periodização Económica (Acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente

do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

Materialidade e Agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010.

8.2.2 Derrogação das Disposições do SNC

Não existiram no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

8.3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

8.3.1 Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado pelo método das quotas constantes de uma forma consistente de período para período.

As Taxas de Amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Número de anos
Edifícios e Outras Construções	40
Equipamento Básico	3 - 8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 - 8

As despesas de manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registadas como gastos do período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo reconhecido em resultado do exercício em que ocorre o abate ou a alienação.

8.3.2 Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para

este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

8.3.3 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem edifícios detidos para obter rendimento e não para uso ou para venda no curso ordinário do negócio.

As propriedades são registadas ao custo de produção, deduzido de depreciações.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem nos respectivos itens de gastos.

8.3.4 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

8.3.5 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

8.3.6 Imparidades

À data de relato, sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação da imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

8.3.7 Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria coletável até € 12.500,00, aplicando-se a taxa de 25% para a restante matéria coletável. Acresce ainda a Derrama estadual à taxa de 2.5% que incide sobre o lucro tributável superior a € 2.000.000,00. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e corre-

ção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

8.3.8 Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui

o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

8.3.9 Clientes e Outros Valores a Receber

As contas de “Clientes” e “Outros Valores a Receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de Imparidade Acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de “Clientes” e “Outros Valores a Receber”

de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se essa evidência for objetiva e quantificável, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. Caso ocorra a cessão parcial ou total do risco de recuperabilidade, é reconhecida a reversão.

8.3.10 Caixa e Depósitos Bancários

O montante incluído na rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” é composto pelo dinheiro em caixa e pelos valores de depósitos à ordem. Os descobertos de contas de depósitos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos Obtidos”, expressos no passivo corrente, e que correspondem a cheques em trânsito.

Os ativos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

8.3.11 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data do relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

8.3.12 Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

8.3.13 Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

8.3.14 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contra-prestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem

de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data de balanço e a soma destes custos com os custos estimados para completar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

8.3.15 Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam

eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

8.3.16 Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações

financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

→ registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões.

8.4 | Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A 31 de dezembro de 2011 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Numerário	363,24	-
Depósitos Bancários	842.364,08	3.580.773,08
	842.727,32	3.580.773,08
Descobertos Bancários (Cheques em Trânsito)	-28.707,41	-230.854,46
	814.019,91	3.349.918,62
Outra Informação		
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	1.913,51	1.913,51
	815.933,42	3.351.832,13

Os montantes relativos a participações financeiras liquidados por meio de caixa e seus equivalentes no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram como segue:

Montantes Pagos	
Aquisições/ Constituições	12.510,00
	12.510,00
Montantes Recebidos	
Alienações	-
Outros	47.335,81
	47.335,81

8.5 | Alterações de Políticas Contabilísticas e Correções de Erros

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2011 não existiram correções de erros materiais de exercícios anteriores.

8.6 | Ativos Tangíveis

Esta rubrica é analisada com o detalhe seguinte:

Descrição	2011	2010
Valor Bruto		
Terrenos e Recursos Naturais	126.065,51	126.065,51
Edifícios e Outras Construções	2.975.666,41	2.975.666,41
Equipamento Básico	3.249.410,52	3.276.833,98
Equipamento de Transporte	1.694.117,83	1.824.456,81
Equipamento Administrativo	1.536.957,97	1.411.775,98
Outros Ativos Fixos Tangíveis	118.555,50	118.555,50
	9.700.773,74	9.733.354,19
Depreciação Acumulada e Imparidade		
Depreciação do Período	-554.068,09	-554.068,09
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-5.611.981,40	-5.428.826,51
Perdas por Imparidade do Período	-	-
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	-	-
	-6.166.049,49	-5.982.894,60
Valor Líquido Contabilístico	3.534.724,25	3.750.459,59

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos Tangíveis, bem como nas respectivas Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade Acumuladas, foi o seguinte:

2011							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativos							
Saldo Inicial	126.065,51	2.975.666,41	3.276.833,98	1.824.456,81	1.411.775,98	118.555,50	9.733.354,19
Aquisições	-	-	145.478,80	33.000,00	125.181,99	-	303.660,79
Alienações	-	-	172.902,26	163.338,98	-	-	336.241,24
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	126.065,51	2.975.666,41	3.249.410,52	1.694.117,83	1.536.957,97	118.555,50	9.700.773,74
Amortizações Acumuladas							
Saldo Inicial	-	259.689,49	2.822.015,12	1.521.959,18	1.270.118,30	109.112,51	5.982.894,60
Amortizações do Exercício	-	62.243,74	183.868,53	142.756,59	96.765,50	7.082,84	492.717,20
Alienações	-	-	172.902,26	136.660,05	-	-	309.562,31
Saldo Final	-	321.933,23	2.832.981,39	1.528.055,72	1.366.883,80	116.195,35	6.166.049,49
Ativos Líquidos	126.065,51	2.653.733,18	416.429,13	166.062,11	170.074,17	2.360,15	3.534.724,25

2010							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativos							
Saldo Inicial	126.065,51	2.975.666,41	2.916.865,10	1.557.385,29	1.368.088,93	116.037,90	9.060.109,14
Aquisições	-	-	444.299,45	290.541,53	51.157,27	2.517,60	788.515,85
Alienações	-	-	57.224,02	23.470,01	7.470,22	-	88.164,25
Regularizações	-	-	27.106,55	-	-	-	27.106,55
Saldo Final	126.065,51	2.975.666,41	3.276.833,98	1.824.456,81	1.411.775,98	118.555,50	9.733.354,19
Amortizações Acumuladas							
Saldo Inicial	-	197.445,75	2.640.316,18	1.338.775,81	1.212.562,31	100.835,80	5.489.935,85
Amortizações do Exercício	-	62.243,74	218.422,96	200.785,87	64.338,81	8.276,71	554.068,09
Alienações	-	-	36.724,02	17.602,50	6.782,82	-	61.109,34
Saldo Final	-	259.689,49	2.822.015,12	1.521.959,18	1.270.118,30	109.112,51	5.982.894,60
Ativos Líquidos	126.065,51	2.715.976,92	454.818,86	302.497,63	141.657,68	9.442,99	3.750.459,59

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor dos Ativos Fixos Tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	Valor Bruto	Depreciação/ Imparidade	Valor Líquido	Capital em Dívida
31-12-2011				
Edifícios e Outras Construções	2.789.753,51	-223.180,28	2.566.573,23	2.161.494,15
Equipamento Básico	680.293,50	-336.416,33	343.877,17	498.323,71
Equipamento de Transporte	469.391,50	-363.265,73	106.125,77	144.006,72
	3.939.438,51	-922.862,34	3.016.576,17	2.803.824,58
31-12-2010				
Edifícios e Outras Construções	2.789.753,51	-167.385,21	2.622.368,30	2.327.297,33
Equipamento Básico	561.010,00	-212.170,07	348.839,93	506.962,60
Equipamento de Transporte	496.107,33	-300.042,15	196.065,18	232.436,01
	3.846.870,84	-679.597,43	3.167.273,41	3.066.695,94

O total futuro dos pagamentos mínimos apresenta-se como se segue:

Descrição	2011	2010
	Capital em Dívida	Capital em Dívida
Menos de Um Ano	374.310,58	381.767,39
Entre Um e Cinco Anos	1.151.646,67	1.398.825,79
Mais de Cinco Anos	1.277.867,33	1.286.102,76
	2.803.824,58	3.066.695,94

8.7 | Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento são registadas ao custo de produção/ aquisição acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Valor Bruto		
Parque Estacionamento	4.365.697,09	4.365.697,09
Apartamento	108.081,53	108.081,53
	4.473.778,62	4.473.778,62
Depreciação Acumulada e Imparidade		
Depreciação do Período	-110.763,66	-110.763,65
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-122.112,19	-11.348,54
Perdas por Imparidade do Período	-	-
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	-	-
	-232.875,85	-122.112,19
Valor Líquido Contabilístico	4.240.902,77	4.351.666,43

Os movimentos na rubrica propriedade de investimento, durante o ano 2011, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições Resultantes de Aquisições	Adições Resultantes de Dispêndio Subsequente	Depreciações	Transferências para e de Inventários	Saldo Final
Edifícios	4.351.666,43	-	-	-110.763,66	-	4.240.902,77
	4.351.666,43	-	-	-110.763,66	-	4.240.902,77

8.8 | Participações Financeiras

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Participações Financeiras	31-12-2011			31-12-2010		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Investimentos em Subsidiárias						
Manuel Rodrigues Gouveia - Açores, SA	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	-	50.000,00
Quinta Monte Leopoldo Empr.Turísticos e Imob., SA	2.000.000,00	-	2.000.000,00	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Basepark, SA	50.000,00	-	50.000,00	42.500,00	-	42.500,00
	2.100.000,00	-	2.100.000,00	2.092.500,00	-	2.092.500,00
Investimentos em Associadas						
Intergreb - Engenharia, Construção e Obras Públicas, SA	33.332,50	-	33.332,50	33.332,50	-	33.332,50
Campiscinas - Desenv. e Implementação Piscinas, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Mafreduca, SA	37.000,00	-	37.000,00	37.000,00	-	37.000,00
Paceteg, SA	37.000,00	-	37.000,00	37.000,00	-	37.000,00
Cister - Equipamentos Educativos, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Armamar Viva, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Pro-Vila Verde, SA	37.000,00	-	37.000,00	37.000,00	-	37.000,00
Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Oeiras Primus, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Oeiras Expo, SA	25.500,00	-	25.500,00	25.500,00	-	25.500,00
Gouveinova, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Côa Camping, SA	18.500,00	-	18.500,00	18.500,00	-	18.500,00
Gaventur - Gouveia Aventura e Turismo, SA	9.800,00	-	9.800,00	9.800,00	-	9.800,00
	309.132,50	-	309.132,50	309.132,50	-	309.132,50
Investimentos Noutras Empresas						
Beiragás	134.675,43	-	134.675,43	134.675,43	-	134.675,43
PLIE Guarda - Gest. Adm. Plat. Log. Ini. Empr. Guarda, SA	2.500,00	-	2.500,00	2.500,00	-	2.500,00
SPGM - Sociedade de Investimento, SA	5.000,00	-	5.000,00	5.000,00	-	5.000,00
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA	14.470,00	-	14.470,00	13.000,00	-	13.000,00
AEIC - Associação p/ Empreendedorismo e Inovação do Centro	10.000,00	-	10.000,00	10.000,00	-	10.000,00
Garval Sociedade de Garantia Mútua, SA	3.020,00	-	3.020,00	-	-	-
Lisgarante Sociedade de Garantia Mútua, SA	8.020,00	-	8.020,00	-	-	-
Banco Privado Português	2.788.042,39	-1.390.671,44	1.397.370,95	2.835.378,20	-1.214.812,20	1.620.566,00
	2.965.727,82	-1.390.671,44	1.575.056,38	3.000.553,63	-1.214.812,20	1.785.741,43
	5.374.860,32	-1.390.671,44	3.984.188,88	5.402.186,13	-1.214.812,20	4.187.373,93

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o movimento ocorrido na rubrica Participações Financeiras, incluindo as respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Outras Alterações	Saldo Final
Investimentos em Subsidiárias					
Manuel Rodrigues Gouveia - Açores, SA	50.000,00	-	-	-	50.000,00
Quinta Monte Leopoldo Empr.Turísticos e Imob., SA	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
Basepark, SA	42.500,00	7.500,00	-	-	50.000,00
	2.092.500,00	7.500,00	-	-	2.100.000,00
Investimentos em Associadas					
Intergreb - Engenharia, Construção e Obras Públicas, SA	33.332,50	-	-	-	33.332,50
Campiscinas - Desenv. e Implementação Piscinas, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Mafreduca, SA	37.000,00	-	-	-	37.000,00
Paceteg, SA	37.000,00	-	-	-	37.000,00
Cister - Equipamentos Educativos, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Armamar Viva, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Pro-Vila Verde, SA	37.000,00	-	-	-	37.000,00
Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Oeiras Primus, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Oeiras Expo, SA	25.500,00	-	-	-	25.500,00
Gouveinova, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Côa Camping, SA	18.500,00	-	-	-	18.500,00
Gaventur - Gouveia Aventura e Turismo, SA	9.800,00	-	-	-	9.800,00
	309.132,50	-	-	-	309.132,50
Investimentos Noutras Empresas					
Beiragás	134.675,43	-	-	-	134.675,43
PLIE Guarda - Gest. Adm. Plat. Log. Ini. Empr. Guarda, SA	2.500,00	-	-	-	2.500,00
SPGM - Sociedade de Investimento, SA	5.000,00	-	-	-	5.000,00
Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua, SA	13.000,00	1.470,00	-	-	14.470,00
AEIC - Associação p/ Empreendedorismo e Inovação do Centro	10.000,00	-	-	-	10.000,00
Garval Sociedade de Garantia Mútua, SA	-	3.020,00	-	-	3.020,00
Lisgarante Sociedade de Garantia Mútua, SA	-	8.020,00	-	-	8.020,00
Banco Privado Português	2.835.378,20	-	-	-47.335,81	2.788.042,39
	3.000.553,63	12.510,00	-	-47.335,81	2.965.727,82
	5.402.186,13	20.010,00	-	-47.335,81	5.374.860,32
Imparidades	1.214.812,20	-	-	175.859,24	1.390.671,44
	1.214.812,20	-	-	175.859,24	1.390.671,44
	4.187.373,93	20.010,00	-	-223.195,05	3.984.188,88

8.9 | Acionistas / Sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	2011	2010
Ativo Corrente		
Intergreb - Engenharia, Construção e Obras Públicas, SA	1.301.704,96	1.145.589,04
Armamar Viva, SA	-	495.000,00
Quinta Monte Leopoldo Empr.Turísticos e Imob., SA	259.000,00	-
Oeiras Primus, SA	122.527,97	-
Imparidades	-1.301.704,96	-1.145.589,04
	381.527,97	495.000,00

8.10 | Imposto Sobre o Rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os cativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal.

A reconciliação entre o Resultado Antes de Impostos e o gasto com Impostos Sobre o Rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

Descrição	2011	2010
Resultados Antes de Impostos	1.906.520,01	4.842.165,13
Imposto Corrente	1.475.147,51	3.156.823,10
Imposto Diferido	-621.542,26	-1.528.939,57
Imposto Sobre o Rendimento do Período	853.605,25	1.627.883,53
Tributações Autónomas	58.563,46	66.854,17
Taxa Efetiva de Imposto	44,77%	33,62%

8.11 | Inventários

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Valor Bruto		
Mercadorias	17.482.116,72	17.479.616,72
Produtos Acabados e Intermédios	1.804.772,75	1.861.136,65
Produtos e Trabalhos em Curso	1.739.392,79	1.737.469,20
	21.026.282,26	21.078.222,57
Imparidades Acumuladas		
Imparidades do Período	-	-
Imparidades de Períodos Anteriores	-	-
	-	-
Valor Líquido Contabilístico	21.026.282,26	21.078.222,57

8.12 | Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Valor Bruto		
Clientes c/ c		
Gerais	21.517.580,69	19.396.312,87
Empresas Associadas	24.656.947,97	3.482.642,83
Clientes Cobrança Duvidosa	10.171.227,22	8.474.542,48
	56.345.755,88	31.353.498,18
Imparidade Acumulada		
Perdas por Imparidade do Período	-2.835.889,88	-2.421.614,21
Perdas por Imparidade de Períodos Anteriores	-7.335.337,34	-6.052.928,27
	-10.171.227,22	-8.474.542,48
Valor Líquido Contabilístico	46.174.528,66	22.878.955,70

Os movimentos das Perdas por Imparidade são analisados no quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Saldo Final
Perdas por Imparidade				
Clientes Cobrança Duvidosa	8.474.542,48	2.835.889,88	1.139.205,14	10.171.227,22
	8.474.542,48	2.835.889,88	1.139.205,14	10.171.227,22

A antiguidade dos saldos de Clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 90 dias	entre 90 e 180 dias	entre 180 e 360 dias	mais de 360 dias
Clientes Gerais	15.009.112,66	2.961.984,84	2.058.848,75	1.487.634,44
Clientes Empresas Associadas	453.305,73	289.320,76	23.266.886,41	647.435,07
Clientes Cobrança Duvidosa	2.815.218,58	948.694,30	-	6.407.314,34
	18.277.636,97	4.199.999,90	25.325.735,16	8.542.383,85

8.13 | Adiantamentos a Fornecedores

A rubrica de Adiantamentos a Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Valor Bruto		
Adiantamento por Conta de Compras	-	250.365,29
Adiantamentos a Fornecedores	124.362,50	152.862,50
	124.362,50	403.227,79
Imparidades Acumuladas		
Imparidades do Período	-	-
Imparidades de Períodos Anteriores	-	-
	-	-
Valor Líquido Contabilístico	124.362,50	403.227,79

8.14 | Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Ativo		
Imposto Sobre o Rendimento	282.028,59	-
IVA a Recuperar	10.481,03	106.908,04
IVA Reembolsos Pedidos	1.540.000,00	-
Outros Impostos	95,63	95,63
	1.832.605,25	107.003,67
Passivo		
Imposto Sobre o Rendimento	-	1.002.015,54
Retenções de Imposto Sobre o Rendimento	133.253,80	195.950,25
IVA a Liquidar no Pagamento	224.285,11	368.296,74
Outros Impostos	-	-
Contribuições Para a Segurança Social	212.379,01	291.358,41
Tributos das Autarquias Locais	16.071,57	20.018,58
Outras Tributações	19.247,84	19.247,84
	605.237,33	1.896.887,36

8.15 | Outras Contas a Receber

Descrição	2011	2010
Valor Bruto		
Devedores por Acréscimos Rendimentos	13.770.529,44	27.650.858,29
Outros Devedores		
Empresas com Ligações	5.074.730,21	1.676.245,80
Juros Mora	2.006.341,61	150.313,11
Devedores Diversos - Pré Contencioso	745.060,11	714.844,57
Retenções Clientes	638.394,26	2.097.853,83
Diversos	1.085.064,09	738.640,16
Pessoal	6.759,65	37.285,76
Saldos Devedores Fornecedores	19.328,95	21.970,55
	23.346.208,32	33.088.012,07
Imparidade Acumulada		
Imparidade do Período	-41.179,40	-815.546,97
Imparidade de Períodos Anteriores	-815.546,97	-
	-856.726,37	-815.546,97
Valor Líquido Contabilístico	22.489.481,95	32.272.465,10

8.16 | Diferimentos

Descrição	2011	2010
Ativo		
Gastos a Reconhecer		
Custos Financeiros	5.316,98	4.976,60
Seguros	73.471,04	101.713,59
FSE	12.220,90	12.653,04
Outros	19.484,00	71.464,34
	110.492,92	190.807,57
Passivo		
Rendimentos a Reconhecer		
Acabamento Obras	3.522.595,26	9.790.093,57
	3.522.595,26	9.790.093,57

8.17 | Instrumentos de Capital Próprio

Capital Social

O Capital Social de € 2.500.000,00, representado por 500.000 ações de valor nominal de € 5,00 cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2011.

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido nas Ações Próprias foi como segue:

Descrição	Quantidade	Valor
Saldo Inicial em 01-01-2010		
Aquisições 2010	40.000	14.800.000,00
Saldo Final em 31-12-2010	40.000	14.800.000,00
Aquisições 2011		
Saldo Final em 31-12-2011	40.000	14.800.000,00

Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica respeita a prestações acessórias concedidas pelos acionistas em 2009, no valor de € 9.900.000,00. A 31 de dezembro de 2011 apresenta um saldo de € 9.100.000,00.

Reservas Legais

Em conformidade com o artº. 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social. Durante o período a reserva não foi reforçada visto a mesma já representar o limite legal.

Outras Reservas

Para dar cumprimento ao estipulado na alínea b) do nº.1 do artº. 324 do Código das Sociedades Comerciais, a empresa constituiu em 2009 uma reserva indisponível no valor de € 14.800.000,00, tendo sido este o valor de aquisição das 40.000 ações representativas de 8% do Capital Social.

Resultados Transitados

A variação dos Resultados Transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior no montante de € 3.214.281,60.

8.18 | Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Garantias a Clientes	2.295.721,58	1.607.071,50	284.296,12	3.618.496,96
Processos Judiciais em Curso	620.495,14	1.001.678,32	253.203,19	1.368.970,27
Outras	1.495.260,25	207.536,62	73.481,10	1.629.315,77
	4.411.476,97	2.816.286,44	610.980,41	6.616.783,00

8.19 | Financiamentos Obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Não Corrente		
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	1.999.221,39	1.399.461,66
Locações Financeiras	2.429.514,00	2.684.928,55
	4.428.735,39	4.084.390,21
Corrente		
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	15.312.283,90	7.538.948,50
Descobertos Bancários	28.707,41	230.854,46
Suprimentos	1.500.000,00	-
Locações Financeiras	374.310,58	381.767,39
Factoring	3.014.040,02	3.341.045,72
	20.229.341,91	11.492.616,07

A análise da rubrica de Financiamentos obtidos por maturidade é a seguinte:

Descrição	2011	2010
Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários		
Até 1 ano	15.312.283,90	7.538.948,50
De 1 a 5 anos	1.908.312,25	1.299.461,66
A mais de 5 anos	90.909,14	100.000,00
Suprimentos		
Até 1 ano	1.500.000,00	-
Descobertos Bancários	28.707,41	230.854,46
Locações Financeiras		
Até 1 ano	374.310,58	381.767,39
De 1 a 5 anos	1.151.646,67	1.398.825,79
A mais de 5 anos	1.277.867,33	1.286.102,76
Factoring	3.014.040,02	3.341.045,72
	24.658.077,30	15.577.006,28

8.20 | Outras Contas a Pagar

A rubrica de Outras Contas a Pagar é analisada conforme quadro abaixo:

Descrição	2011	2010
Não Corrente		
Outros Credores	98.000,00	196.000,00
	98.000,00	196.000,00
Corrente		
Fornecedores de Investimentos	24.600,00	8.745,54
Credores por Acréscimos de Gastos		
Encargos com Pessoal	1.580.774,31	1.449.359,04
Juros a Liquidar	118.220,87	40.027,46
FSE	2.103.924,05	1.969.314,83
Adiantamento por Conta de Vendas	563.126,81	299.527,96
Saldos Credores Clientes	622.405,79	175.873,46
Credores por Subscrições não Liberadas	17.350,00	9.850,00
Outros Credores		
Retenções Fornecedores	5.425.474,04	4.772.729,85
Adiantamento por Conta Venda Imobilizado	925.000,00	925.000,00
Diversos	173.307,66	225.227,95
Pessoal	13.800,59	6.943,08
	11.567.984,12	9.882.599,17
	11.665.984,12	10.078.599,17

8.21 | Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Fornecedores c/ c		
Gerais	22.582.573,27	16.846.668,25
Faturas em Receção e Conferência	-	2.791,67
	22.582.573,27	16.849.459,92

8.22 | Adiantamento de Clientes

A rubrica de Adiantamento de Clientes é analisado como segue:

Descrição	2011	2010
Adiantamento de Clientes	15.911,65	15.911,65
	15.911,65	15.911,65

8.23 | Rédito

O Rédito reconhecido pela empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Vendas	82.561,30	114.917,80
Prestação de Serviços	73.868.500,54	113.445.121,14
	73.951.061,84	113.560.038,94

8.24 | Variação nos Inventários da Produção

A rubrica de Variação nos Inventários da Produção é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Inventários Iniciais		
Produtos Acabados e Intermed�ios	1.861.136,65	1.925.801,48
Produtos e Trabalhos em Curso	1.737.469,20	5.111.778,59
Regularizações		
Inventários	-	-3.823.697,09
Inventários Finais		
Produtos Acabados e Intermed�ios	1.804.772,75	1.861.136,65
Produtos e Trabalhos em Curso	1.739.392,79	1.737.469,20
	-54.440,31	384.722,87

8.25 | Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	2011	2010
Mercadorias	-	97.629,98
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	8.984.729,10	9.146.220,24
	8.984.729,10	9.243.850,22

8.26 | Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2011	2010
Subcontratos	49.508.780,84	75.603.403,69
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	4.917.310,42	5.224.823,23
Publicidade e Propaganda	81.662,03	178.948,68
Vigilância e Segurança	272.982,38	208.502,46
Honorários	197.565,54	156.849,28
Conservação e Reparação	364.071,24	161.134,30
Serviços Financeiros	464.397,43	349.359,25
Outros	338.268,19	295.275,59
Materiais		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	112.781,87	126.546,04
Livros e Documentação Técnica	25.645,47	54.760,31
Material de Escritório	47.347,06	43.890,29
Artigos para Oferta	711,55	6.594,51
Energia e Fluidos		
Eletricidade	138.797,60	140.654,73
Combustíveis	1.389.274,76	535.667,27
Água	50.434,32	46.697,58
Outros	5.473,67	15,30
Deslocações, Estadas e Transportes		
Deslocações e Estadas	498.578,06	627.021,70
Transportes de Mercadorias	59.219,81	158.782,24
Serviços Diversos		
Rendas e Alugueres	622.644,60	847.856,96
Comunicação	132.437,59	161.235,67
Seguros	149.524,10	156.632,81
Contencioso e Notariado	46.489,62	111.246,61
Despesas de Representação	20.721,50	21.612,87
Limpeza, Higiene e Conforto	20.381,16	23.692,36
	59.465.500,81	85.241.203,73

8.27 | Gastos com o Pessoal

A rubrica de Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2011	2010
Remunerações dos Órgãos Sociais	136.320,00	192.190,24
Remunerações do Pessoal	5.397.440,20	6.572.530,14
Ajudas de Custo	206.599,43	281.224,07
Indemnizações	247.319,07	176.470,00
Abono para Falhas	944,40	920,00
Encargos sobre Remunerações	1.262.902,70	1.524.549,97
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	103.034,29	124.369,31
Outros Gastos com o Pessoal	343.615,42	497.009,95
	7.698.175,51	9.369.263,68

Número Médio de Pessoal

O Número Médio de Pessoal ao serviço da Empresa durante o exercício de 2011 foi de 184.

8.28 | Imparidade de Dívidas a Receber

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Perdas		
Clientes	2.835.889,88	2.421.614,21
Outros Devedores	197.971,47	815.546,97
Sócios / Accionistas	-	1.145.589,04
Reversões		
Clientes	1.139.205,14	1.959.885,46
Outros Devedores	676,15	1.959.885,46
	1.893.980,06	2.422.864,76

8.29 | Imparidade de Investimentos Não Depreciáveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2011	2010
Perdas		
Investimentos Financeiros	175.859,24	1.214.812,20
Reversões		
	175.859,24	1.214.812,20

8.30 | Outros Rendimentos e Ganhos

A composição da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Rendimentos Suplementares		
Equilíbrios Consórcios	7.217.645,86	4.694.739,34
Projetos	638.090,00	-
Diversos	247.967,60	249.760,08
Ganhos em Inventários	-	-
Rendimentos e Ganhos em Investimentos	300.876,85	156.469,01
Rendimentos e Ganhos Investimentos Financeiros	565,82	36.750,00
Indemnizações	-	3.477,59
Outros	229.663,72	277.210,80
	8.634.809,85	5.418.406,82

8.31 | Outros Gastos e Perdas

A composição da rubrica de Outros Gastos e Perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Impostos	309.874,68	411.769,67
Dívidas Incobráveis	49.646,10	1.758.107,20
Perdas em Inventários	1.663,01	500,00
Outros	248.326,44	32.025,58
	609.510,23	2.202.402,45

8.32 | Juros e Gastos Similares Suportados

Os Gastos e Perdas de Financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Juros Suportados		
Financiamentos Bancários	633.520,64	145.148,24
Factoring	581.285,27	379.221,26
Locações Financeiras	59.586,76	38.844,38
Perdas em Instrumentos de Cobertura	516.013,33	532.150,00
Outros Juros	44.709,73	57,98
	1.835.115,73	1.095.421,86

Os Juros e Outros Rendimentos Similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2011	2010
Juros Obtidos		
Depósitos em Instituições de Crédito	47.666,12	52.739,27
Juros de Mora	2.795.748,29	245.359,45
Outros	2.587,98	489,46
	2.846.002,39	298.588,18

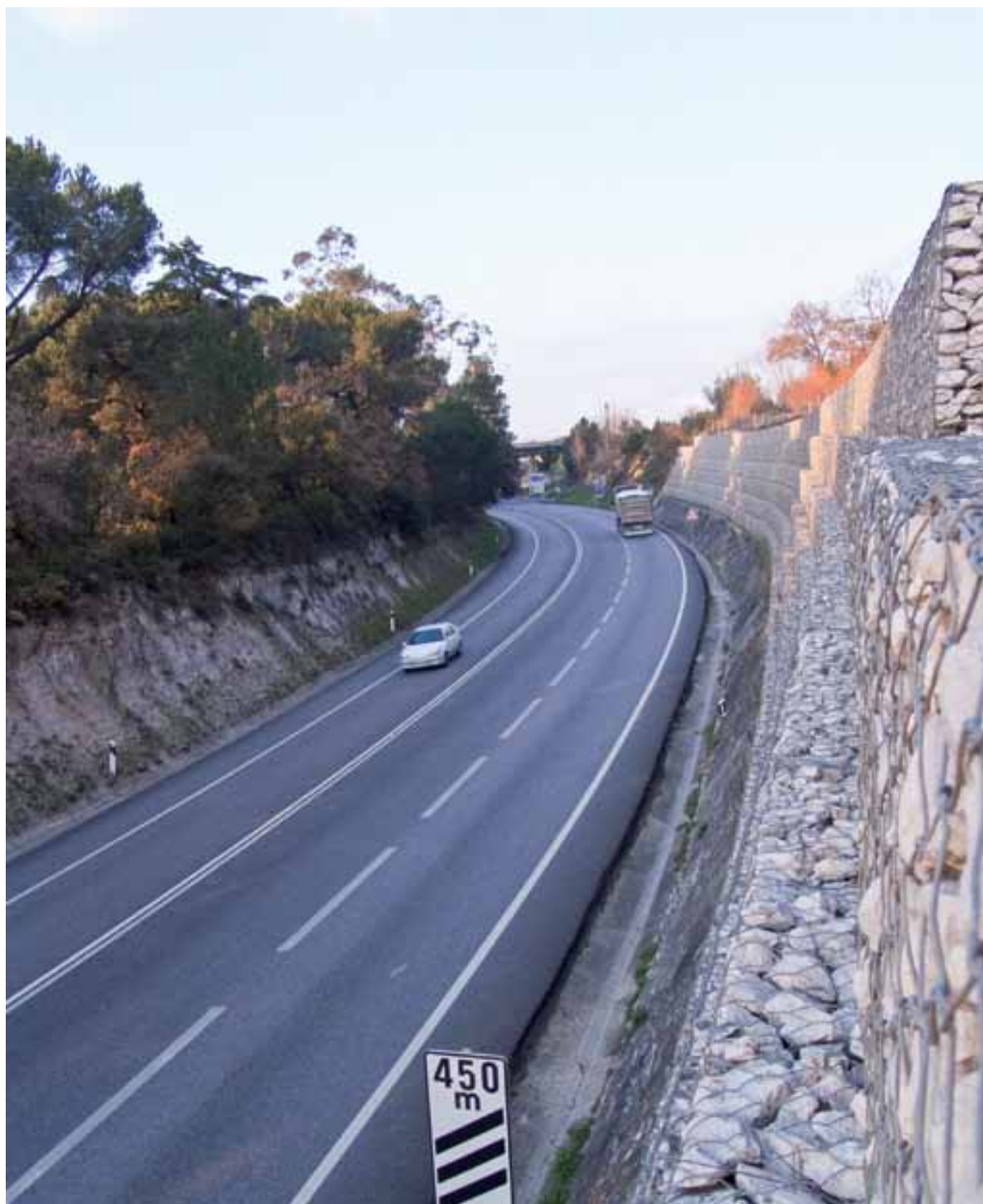
8.33 | Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Honorários Faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os Honorários Totais Faturados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 pelo Revisor Oficial de Contas relacionadas com a Revisão legal das contas anuais ascenderam a € 18.000 em cada ano.

Segurança Social

Nos termos do no 1 do artº. 21 do Decreto-lei no 411/ 91, de 17 de outubro, informamos não ser a Empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.







9 | **Relatórios e Pareceres dos Auditores e do Fiscal Único**







Assinam:
José Carneiro
Socia Limitada
Sá Pereira
Paulo Henri
SROC n.º 65

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *MRG – Engenharia e Construção, S.A.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011, que evidencia um total de 106.049.646,61 euros e um total de capital próprio de 34.470.832,92 euros, incluindo um resultado líquido de 1.052.914,76 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

LCA – José Carneiro & Associados SROC
Leiria: R. Capitão Manuel de Albuquerque, 56-2.º – Porta C – Apartado 2913 – 2401-902 Leiria – Portugal
NIF 502 237 953 – Tel. 244 816 090 – Fax 244 816 099 – E-mail: geral@lca-sroc.pt
Coimbra: Rua Augusto Matos, 21 – 3010-218 Coimbra – Tel. 239 708 630 – Fax 239 708 639 – E-mail: coimbra@lca-sroc.pt

1/2



Sócios:
José Carreira
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Ilari
SROC n.º 65



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de *MRG – Engenharia e Construção, S.A.*, em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Leiria, 02 de abril de 2012

LCA SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carreira
R.O.C. n.º 614



Sócios:
José Carneiro
Sousa Leal
Sá Pereira
Paulo Dias
SROC n.º 65

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Introdução

No exercício das nossas funções de fiscalização e no cumprimento das normas legais em vigor, apresentamos o relatório e parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras da MRG – Engenharia e Construção, S.A., referentes ao exercício de 2011.

Relatório

Durante o exercício um apreciação seguimos o evoluir da atividade da empresa e procedemos à verificação do registo das suas transações, à análise dos documentos de suporte, à leitura de atas e outros documentos e restantes procedimentos que considerámos adequados face às normas relativas à fiscalização das sociedades comerciais e revisão legal das suas contas. Em resultado dos procedimentos efetuados, a nossa conclusão é a de que não existem situações que pela sua materialidade e relevância possam pôr em causa o conteúdo das demonstrações financeiras, pelo que, emitimos a certificação legal das contas na modalidade sem reservas.

O relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração foi também objeto da nossa verificação, sendo que o referido relatório salienta de modo apropriada os aspetos principais da evolução da atividade, do desempenho e da posição da sociedade e está em consonância com as demonstrações financeiras apresentadas.

Parecer

Face ao exposto, somos de parecer que o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados reúnem as condições para a sua aprovação.

Finalmente expressamos o nosso agradecimento, ao Conselho de Administração e a todos os responsáveis da empresa com quem contactámos, pela colaboração e empenho manifestados na execução das tarefas a que nos propusemos.

Leiria, 02 de abril de 2012

LCA SROC
Representada por
José Maria de Jesus Carneiro
R.O.C. n.º 614

LCA – Lopes, Carneiro & Associados SROC

Leiria: R. Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2.º – Porta C – Apartado 2913 – 2401-902 Leiria – Portugal
NIF 502 137 953 – Tel. 244 866 090 – Fax 244 866 099 – E-mail: geral@lca-sroc.pt

Coimbra: Rua Augusto Marques Bot, 21 – 3036-218 Coimbra – Tel. 239 708 650 – Fax 239 708 659 – E-mail: coimbra@lca-sroc.pt

1/1

Remodelação do Edifício
da PT Inovação,
Aveiro







10 Obras Concluídas em 2011 e Obras em Curso e a Iniciar em 2012





Edifício para a Escola Superior
de Saúde da Universidade de Aveiro
(Nova Escola de Saúde),
Aveiro

10 | Obras Concluídas em 2011 e Obras em Curso e a Iniciar em 2012

Obras Concluídas em 2011

- Urbanização Quinta Belo Horizonte, **Viseu**
- Remodelação do Edifício da PT Inovação, **Aveiro**
- Complexo Escolar, **Alcobaça**
- Complexo Escolar, **Benedita**
- Obras de Modernização para a fase 2A do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário - Lote 2AL4 - Escola Secundária Professor Herculano de Carvalho, (Escola n.º 2), **Lisboa**
- Centro Escolar, **Murça**
- Centro Educativo, **Tábua**
- Unidade de Saúde da Santa Casa da Misericórdia, **Seia**
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados da Santa Casa da Misericórdia, **Pampilhosa da Serra**
- Pavilhão Multiusos, **Évora de Alcobaça**
- Centro Náutico de Alto Rendimento (CAR) – Fase E – UP 33 Ciclovia, UP 42 Ilhas e UP 51 Edifício, **Montemor-o-Velho**
- Conceção e Construção da Beneficiação da EN 230-6 (Entre Vila Nova de Oliveirinha e Candosa) - 2ª Fase, **Tábua**
- Variante à EN 101 entre a Ponte da Barca e Arcos de Valdevez (2ª Fase), **Arcos de Valdevez**
- IC2 - Beneficiação L. D. Leiria (km 164+210) - Condeixa (A1 - km 178+029), **Leiria e Condeixa**
- Modernização do Troço Bombel e Vidigal a Évora, **Vendas Novas e Montemor-o-Novo**
- Expansão do Aterro Sanitário - Construção da Célula B, **Leiria**
- Centro Geriátrico de Laveiras, **Oeiras**
- Centro Geriátrico de São Julião da Barra, **Oeiras**
- Escola EB1 JI de Algés, **Oeiras**
- Escola EB1 JI de Porto Salvo, **Oeiras**

Obras em Curso e a Iniciar em 2012

- Lar Residencial para Pessoas com Deficiência, Santa Marinha, **Seia**
- Lar Residencial, **Mortágua**
- Lar de Idosos em Santa Margarida da Coutada, **Constância**
- Edifício para a Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro (Nova Escola de Saúde - 1ª Fase), **Aveiro**
- Obras de Modernização para a Fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário Lote 3EC2 - Escola Secundária, **Estarreja**
- Obras de Modernização para a Fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário Lote 3EC2 - Escola Secundária, **Sever do Vouga**
- Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância a Sul do Concelho, Salreu, **Estarreja**
- Obras de Modernização para a Fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário Lote 3EN14 - Escola Secundária, **Felgueiras**
- Obras de Modernização para a Fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário Lote 3EL3 - Escola Secundária, **Mem Martins**
- Obras de Modernização para a Fase 3 do Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário Lote 3EL3 - Escola Secundária Henriques Nogueira, **Torres Vedras**
- Edifício Complexo Interdisciplinar de Ciências Físicas Aplicadas à Nanotecnologia e à Oceanografia (Departamento de Física - 2ª Fase), da Universidade de Aveiro, **Aveiro**
- Edifício das Comunicações Óticas, Comunicações Rádio e Robótica da Universidade de Aveiro, **Aveiro**
- Centro Materno-Infantil do Norte (Hospital Maria Pia/ Maternidade Júlio Diniz), **Porto**
- Unidade de Cuidados Continuados, **Pedrogão Grande**
- Unidade de Saúde Familiar, **Figueira de Castelo Rodrigo**
- Programa de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Trancoso que inclui a construção do Centro de Interpretação Isaac Cardoso e a remodelação da Iluminação pública dentro da zona de muralha do centro histórico, **Trancoso**
- Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco, **Coimbra**
- Área Social do Eco-Parque Empresarial, **Estarreja**
- Requalificação do Espaço Público da Zona Histórica, **Vila Nova de Foz Côa**
- Reabilitação e Adaptação da Antiga Companhia Aveirense de Moagens da Universidade de Aveiro, **Aveiro**
- Pavilhão de Exposições e Feiras - Expocôa (2ª Fase), **Vila Nova de Foz Côa**
- Construção do Edifício BIOTECH - Centro de Neurociências e Biotecnologia Celular, Parque Tecnológico, **Cantanhede**
- Requalificação Urbana do Centro Histórico, **S. Pedro do Sul**
- Nova Ponte sobre o Rio Lima, na Zona do Nó de Jolda, **Ponte da Barca e Arcos de Valdevez**
- Requalificação Urbana da Av. D. José Alves Correia da Silva - Parte A - Passagem Desnívelada, **Fátima**
- Requalificação da Av. Vasco da Gama - Ligação Vertical ao Centro Histórico, **Sines**
- Infra-estruturas Gerais da ADT3, Herdade da Comporta, **Grândola**
- Infra-estruturação da Área de Ciência e Tecnologia do Valley Park, **Cartaxo**



Edifício para a Escola Superior
de Saúde da Universidade de Aveiro
(Nova Escola de Saúde),
Aveiro



www.mrg.pt

Sede Social

P. Industrial da Abrunheira,
Lt. 9 e 10, Vila Chã, Ap. 47,
6270-186 Seia, Portugal

Sede Operacional

Urb. Alto do Sol, Lt. 4,
Alto da Relvinha, Pedrulha, Ap. 8045,
3025-028 Coimbra, Portugal

T (+351) 239 863 200

F (+351) 239 840 085

E mrg@mrg.pt



MRG - Engenharia e Construção, SA - Nº de Contribuinte: 500 739 749 - Capital Social - € 2.500.000 - Alvará de Construção Nº 1519



Edição e Propriedade

MRG - Engenharia e Construção, SA

Design, Produção e Fotografia

Duplo Network

Ano de Edição

2012